

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

**Ata - Reunião Ordinária CMAS nº 013/2024**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e quarenta minutos, reuniram-se os membros representantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de forma presencial, nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, situada na Rua Escolástica Chaluppe, 154 Centro - Itapevi-SP. 2º andar. Na ausência da Presidenta do CMAS, Sra. Ana Cristina Pires Coelho por motivos de atender a uma demanda junto ao Conselho do Idoso, a reunião foi aberta e presidida pela Secretária Executiva do CMAS, Celia Regina Segala, que realizou os cumprimentos de praxe e informou a todos que a reunião estava sendo gravada. Em seguida, a mesma agradeceu a presença da 2ª secretária, a Sra. Iris Lemes de Oliveira, e ressaltou a importância da presença dela para que sempre esteja a par das pautas deliberadas nas reuniões. Também agradeceu a presença da Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, Dra. Elaine Rodrigues Bueno de Freitas, representando a Gestão, que participou da reunião em atendimento ao convite do CMAS. Dando seguimento à reunião, a Secretária do CMAS fez a leitura do ofício Creas - 362/2024, que foi encaminhado ao CMAS via e-mail no dia 30 de julho de dois mil e vinte e quatro, referente a solicitação de informações sobre a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Logo após, solicitou que alguém fizesse a leitura do Ofício SDS - 048/2024, sendo que a secretária Elaine se dispôs a fazer a leitura, esclarecendo ponto por ponto o que estava no Ofício da Gestão. Iniciou dizendo que recebeu do CMAS ofício solicitando informações sobre a destinação de recursos. Pontuou que houveram mudanças no CMAS, substituição de Conselheiros, e também sobre a licença da Presidente, e em virtude desses fatos talvez os Conselheiros novos não tenham participado das deliberações a que se refere o Ofício em resposta ao Creas. Após esta fala, reforçou com a Secretária Executiva Célia Regina, e com a segunda Secretária Iris Lemes, sobre a importância de se redigir as atas com muito detalhamento sobre todas as falas de todos os presentes, para que haja entendimento sobre tudo o que foi apresentado nas reuniões, em seguida, apresentou o resultado de pesquisa sobre o termo Ata - Relato oficial de tudo que ocorreu na reunião, tem como intencionalidade o registro de ideias, informações e decisões tomadas pelo colegiado, ou por uma coletividade. Discorreu ainda sobre a dificuldade de entender o que foi deliberado pelo Conselho sobre questões referentes a Gestão, por conta das Atas se apresentarem de forma muito sucinta. Após as orientações e sugestões, iniciou a leitura do ofício citado acima, esclarecendo sobre as informações que foram solicitadas pelo CMAS, explicando do que se trata o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, afirmou que se trata de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, referenciado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ofertado pela rede direta e indireta de forma complementar ao trabalho social com famílias realizando por meio de Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). E que o referido Serviço ofertado no município compreende a modalidade de 06 a 15 anos, sendo executado pela rede direta e indireta. Pontuando que o município tem este serviço pactuado oficialmente.



Ainda com a fala, indicou o atendimento à Primeira Infância de zero a 06 anos, que é executado pela rede indireta Brinquedoteca, com recurso de fonte municipal e FUMCAD para o exercício de 2024, conforme deliberação pelo CMAS e CMDCA. Após apresentação dos tópicos acima, fez esclarecimento dizendo que a Brinquedoteca foi aberta rapidamente a partir de um chamamento público da Fundação Abrinq, e que este projeto já estava pronto aguardando recurso para implantação, e que em 2018 quando abriu o chamamento, abriu-se o edital e por ser um projeto que beneficiaria a esta faixa etária, o município ganhou o Chamamento Público que se deu em nível nacional, esclareceu ainda que no Brasil foram cento e trinta municípios contemplados, e que no Estado de São Paulo foram em torno de trinta e quatro ou trinta e cinco municípios, e dentre esses Itapevi foi contemplada. A partir da contemplação, Itapevi deu início à implantação. Detalhou que todos os anos é necessário fazer como se fosse um quebra cabeças, pois partindo do pressuposto da arrecadação, para que seja possível manter todos os serviços, não apenas a Brinquedoteca, explicando que neste ano existe o Recurso municipal e também o Recurso do FUMCAD, e que conforme as situações vão acontecendo é necessário que se faça adequação da melhor forma. A seguir reforçou que como Gestão as situações são levadas à deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e atualmente se faz necessário o investimento na Proteção Social Básica, de maneira a não sobrecarregar a Proteção Social Especial, apontou que na Brinquedoteca são atendidas em média novecentas famílias, que são referenciadas pelos CRAS, esclareceu que o Serviço não atende de portas abertas em atendimento ao que exige a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que tenham um referenciamento no Cadastro Único e no PAIF, pois o Serviço de Convivência que foi apontado tanto no ofício do CREAS, quanto no ofício da Gestão, tem o objetivo de complementar o fluxo de atendimento, que não significa somente brincar, e que através do brincar é executado o trabalho com as crianças e as famílias. Detalhando em Seguida sobre o atendimento da faixa etária de 06 a 12 anos, que também é contemplada pela Brinquedoteca que tem o foco da primeira infância, que era o foco do Edital do Itaú Social, e foi feita a faixa etária de 06 a 12 anos, diante da dificuldade de implantar com qualidade o serviço dentro da Proteção Básica, e sendo assim a faixa de 06 a 12 e executada de forma indireta pela Brinquedoteca, pela Associação Paula Elizabete, e pela Associação Recanto da Cruz Grande, e de forma direta temos os CRAS. E em seguida trouxe a informação de que está em andamento um casamento público de nº14/2024 para execução do serviço nas unidades de CRAS e CREAS. E de forma explicativa, compartilhou com a plenária o procedimento licitatório da empresa para executar o Serviço de Convivência, informou que houveram algumas licitações desertas e houve também uma empresa que não possuía os requisitos para execução dos serviços, após teve uma licitação onde houve um ganhador, e ocorreram grandes dificuldades com a empresa, então o serviço foi executado de forma muito difícil, trazendo várias adversidades para a Proteção Básica e para a Gestão, indicou também que a assistente social Iris, tem uma visão ampla sobre o assunto por ter enfrentado problemas similares no Acessuas, pois foi a técnica responsável pelo programa durante algum tempo. Ainda com a Palavra a Secretária de Desenvolvimento Social, trouxe a informação que a Equipe de Gestão começou a se reunir a fim de buscar uma solução, para que não seja contratada uma empresa que execute de forma



precária os serviços apenas para constar que ele existe no município. Dando seguimento a sua fala, ressaltou que como Gestão foi entendido que seria interessante fazer um chamamento público para Organizações Sociais inscreverem Projetos, então assim foi feito, sendo que no primeiro Edital publicado não houveram propostas, então foi feito um trabalho de manter contato com diversas Organizações Sociais, verificando se elas tinham interesse, e foi compartilhado com a Organização Social Recrie, que participou do chamamento público da Unidade Móvel, porém não manifestaram interesse, informou que a Assistente Social Débora, compartilhou com algumas Organizações que ela conhecia, mas não houveram resultados positivos. Ainda com a palavra, Dra. Elaine compartilhou a informação de que no momento tem uma Organização Social que se chama Avante que apresentou uma proposta, a mesma está em fase análise pela Comissão de Análise e Credenciamento, composta pela Assistente Social Luane da Proteção Básica, Sra. Camila assessora, e o conselheiro do CMAS Sr. Luiz Carlos, e se estiver tudo em ordem de acordo com o termo de referência, será firmado o termo de colaboração, e será dado início à estruturação, e após o fechamento do termo de colaboração, serão chamadas as equipes da Proteção Básica, e equipe da Proteção Especial para dar início às articulações sobre as oficinas e público existente. Em complemento às informações já citadas, salientou que o termo de referência objeto do chamamento público contempla ações complementares para público superior a 15 anos e atividades intergeracionais, para execução nas dependências dos CRAS, CCI, e CREAS. Continuando, a Secretária do Desenvolvimento Social e Cidadania Dra. Elaine, indicou que o ofício da SDS de nº48/2024 trás resposta objetiva à indagação feita pela equipe técnica do Creas, que este poderá referenciar crianças de famílias em acompanhamento para os Cras de referência do território, para direcionamento à rede indireta, e com a finalização do chamamento público, poderá encaminhar também para a rede direta. Apresentou as etapas do chamamento público: Publicação; Organizações Sociais apresentam a proposta; A Comissão de Análise avalia a melhor proposta conforme as pontuações descritas no edital, preenchendo os requisitos legais e técnicos, considera-se a Organização como vencedora, e após solicita-se o plano de trabalho. Nesta ocasião, a mesma informou que oportunamente será apresentado o plano de trabalho, ressaltando que o fluxo de chamamento é este, e que se for necessário poderá ser formalizada estas informações, disse ainda que é inerente da referência e da contrarreferência, que existe por conta do serviço entre Especial e Básica, o Serviço de Convivência independente de ser executado pela rede direta ou indireta, ele é pertencente originariamente da Proteção Básica, e quando a Proteção Especial identifica alguma demanda ela não deve encaminhar para o Serviço de Convivência em específico, ela vai referenciar a família na Proteção Básica, pois a família precisa ser atendida no âmbito da violação de direitos, mas também se houver perfil deverá ser atendida na Proteção Básica ao mesmo tempo que é atendida na Proteção Especial. Falou também da importância dos apontamentos técnicos, e do acolhimento realizado pela equipe do Cras, e os encaminhamentos necessários. Continuando os esclarecimentos disse que não vê como adequado encaminhar apenas para o Serviço de Convivência, porque quando se encaminha para o Serviço de Convivência acabamos por deixar aquela família a margem de um acompanhamento na Proteção Básica, que é diferente do que se faz no Creas, que é um ser serviço complementar ao serviço do PAIF, pois se a família está no



SCFV, ela obrigatoriamente deve estar sendo acompanhada pelo PAIF. Continuando sua fala, Dra. Elaine Rodrigues falou sobre o Programa Mãe Itapeviense, esclareceu que o Programa é uma lei, e que a execução está oitenta por cento dentro da saúde e vinte por cento no social, informou que a saúde tem os critérios de acompanhamento das gestantes, e uma vez cumpridos os critérios, eles encaminham para o social o público de baixa renda para ser contemplado pelo enxoval. E que este Programa ainda não foi implantado pela saúde, e então foge do nosso escopo. Sugeriu ainda que o CMAS questione a **Secretaria** de Saúde se assim os Conselheiros entenderem que existe a necessidade. No seguimento, a mesma ainda informou que foi buscar informações sobre o porquê do Programa não estar contemplando a população, e foi informada que existe uma falta no quadro dos médicos obstétricos, pois estes se apresentam, entram no quadro do RH, mas depois declinam e acabam por sair do município, e que isso ocorre com diversas especialidades. Acrescentou que para ser contemplada pelo programa, a gestante precisa cumprir o protocolo do pré-natal. E quanto ao Benefício Eventual, recurso deliberado pelo CMAS para aquisição de enxovais, explicou que o mesmo foi enviado com um prazo muito justo para aceite, e em consequência disso, se fez necessário a convocação de reunião extraordinária para deliberação do CMAS, mas ressaltou que sempre é preciso especificar para onde o recurso será alocado. Fez uma colocação que houve queda na arrecadação, e a saúde conta com o recurso da parte social, independentemente de haver provisionamento ou não, então é necessário fazer remanejamento para suprir essa necessidade. Continuou dizendo que cestas básicas, colchões e cobertores foram adquiridos usando o Recurso Frentes Frias recebido no ano de 2023, e que quanto ao Recurso recebido este ano, ela explicou que o mesmo já vem com destinação certa não podendo ser utilizado para investimento em outras áreas do atendimento social, sendo assim, o enxoval descaracteriza o Recurso, diante disso, a equipe de gestão se reuniu, e decidiu enviar um ofício para a Drads com a finalidade de buscar autorização para destinação do Recurso em compra de enxovais, e que esta foi uma maneira de não devolver o Recurso, porque os itens necessários para suprir as necessidades diante das baixas temperaturas já foram adquiridos em quantidades suficientes. E por fim, sinalizou que toda esta pauta foi levada ao conhecimento do CMAS para deliberação, e foi aprovada pela plenária. Também **apontou que** a proposta do plano de trabalho da OSC Conexão, que executa o programa Viva Maturidade, e a OSC Walking Foot Ball que executa o futebol andando, eles têm os parceiros que aportam diretamente nos Fundos Municipais, mas que a Brinquedoteca e o Serviço de Acolhimento Noturno, é uma iniciativa da Gestão Municipal, e necessita de remanejamento de recursos, indicou que no início do ano existe um valor a ser aplicado até o primeiro semestre, porque depende da arrecadação para ser empenhado recurso para o segundo semestre, e é feito um monitoramento em conjunto com com as secretários de outras pastas, e então o Secretário de Planejamento, e da Fazenda vão informando a Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. A Secretária trouxe também a questão da arrecadação não suficiente, Sendo necessário um remanejamento, disse também que veio um recurso de emenda parlamentar, que não veio com aplicação prevista pois Itapevi foi contemplada pelo trabalho de qualidade que executa, e por estar na fase de contratação da rede Direta, e ter cofinanciamento Estadual e Federal, e ainda a poupança, para suprir este serviço, então houve aplicação na Proteção Básica, da rede



indireta que foi a Brinquedoteca, porém não era suficiente, então foi levantado o saldo remanescente do FUMCAD, referente arrecadação do imposto de renda, então foi feito o aporte para suprir todos os meses, e houve também mais um valor do FUMCAD que também foi deliberado no CMDCA. A mesma incluiu a informação de existe um Recurso do FUMCAD que está sendo destinado para investimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade das Casas Lares, que foi solicitado pela Gestão, em virtude da necessidade de investimento em mobiliário, e equipamentos, foi apresentada a proposta à Gestão, que levantou o saldo, e o CMDCA deliberou favoravelmente. Continuou com a fala salientando que há destinação de recursos para todos os Programas, e que todos tem impacto orçamentário e de atendimento à população, e público alvo semelhante, por isso é importante ter uma visão geral de todos os serviços de maneira ampla, para melhor compreensão. Finalizou sua fala dizendo que a Gestão está sempre a disposição para esclarecimentos, reuniões que constem em atas que poderão inclusive ser publicadas no Diário Oficial. Em seguida, a Conselheira Maria Luiza fez uma observação sobre a aquisição de cobertores, destacando que tal aquisição ocorreu com o saldo do Benefício Eventual, em seguida a Dra. Elaine completou a informação dizendo que foi implantado um plano de contingência para atender as demandas referentes às baixas temperaturas, em conjunto com o Serviço de Acolhimento Noturno, então a Gestão solicitou a rede indireta de acolhimento um plano específico para baixas temperaturas, o qual foi apresentado com aumento de equipe interna e equipe de abordagem externa, e com isso houve impacto de aumento de recurso, então foi recebido do Estado um recurso específico para frentes frias, e foi deliberado no CMAS, para que o recurso fosse dedicado a este serviço. E encerrou sua fala explicando o funcionamento do acolhimento noturno para conhecimento de todos. Continuando a Reunião, a Secretária Executiva do CMAS Celia Regina fez um esclarecimento sobre uma fala que constava no ofício do Creas, que dizia sobre o CMAS definir a destinação dos recursos, a mesma explicou que o CMAS faz deliberações sobre as pautas trazidas pela Gestão no que tange a recursos, e outras demandas. E em seguida, a mesma abriu espaço para a fala de todos os presentes. Aproveitando o espaço de fala, a Conselheira Talita que representa o Instituto Cacau Show informou que o mesmo já possui uma relação com territórios dos Cras e com o Creas, que está vigente desde 2008, e que recebem encaminhamentos diretos destes equipamentos, e que existe uma priorização em casos de crianças que estejam em situação de violação. Em seguida, a palavra foi passada à Psicóloga Jaqueline, uma das representantes do Creas presente na reunião, que colocou a situação dos adolescentes que atende, reforçou a necessidade de manter o fluxo com o Instituto Cacau Show, em seguida, apresentou a questão do registro da ata de reuniões, e mencionou que na ata da reunião anterior houve citação do técnico que compareceu à reunião, onde o mesmo apontou algumas dúvidas pertinentes a destinação de recursos públicos, e que seu nome foi citado na ata de maneira autônoma e não como representante do Creas. Continuando com a fala sobre o atendimento da infância e juventude, falou sobre a preocupação dos recursos sendo destinados para um equipamento, serviço único, e por estar na ponta identificando as necessidades que são enfrentadas de maneira geral no atendimento a esta população, a angústia de não vislumbrar um atendimento para além da Brinquedoteca, no que tange a faixa etária, e mencionou que entende a importância do trabalho executado na Brinquedoteca, e acha muito interessante os



serviços ofertados por este serviço. Porém faz a observação que como técnica integrante equipe Creas, não se consegue ver dentro da rede possibilidades de trabalho que não seja dentro da concentração da Brinquedoteca, e que esta situação deixa um espaço vazio para os atendidos, com todas as dificuldades que se apresentam no dia a dia. A mesma trouxe outra questão de dificuldade quanto a população de faixa etária de 12 a 18 anos, por ser uma demanda muito presente, indica que não há um serviço para onde possam ser encaminhados, e que hoje existe uma defasagem grande com relação a este atendimento. Continuando a fala, destacou que observando os investimentos, é comum que seja suscitado a dúvida de como está sendo pensado os serviços de convivência, que possa estar sendo feito de maneira territorializado, referenciado diretamente pelos Cras, e que os questionamentos e dúvidas vem no sentido de ausências de serviços, e completou dizendo que entende que existe outros serviços sendo oferecidos, tais como o POP RUA, no atendimento a população em situação de rua, idosos, porém em relação a pasta da infância e juventude observa que há uma defasagem dos serviços ofertados, e que isso causa grande preocupação de toda a equipe. Em continuidade a reunião, a Secretária Executiva pediu a palavra para esclarecer sobre o questionamento feito a respeito da ata anterior, respondeu que ata deve ser a transcrição fiel de todo o conteúdo falado em reunião, e que a respeito da citação na ata anterior, foram transcritas as falas de um técnico do Creas, que na ocasião não declarou estar presente a fim de representar o Creas. Nesta ocasião a assistente social do Creas Tauana, fez a colocação que embora o psicólogo Daniel não tenha declarado a sua representação enquanto equipe do Creas, no entanto, tanto a técnica Tauana, assim como os outros técnicos presentes declaram afirmativamente que havia a representatividade por parte do mesmo, e solicitou que através desta ata seja feita a retificação. Com a palavra, a Secretária executiva Célia respondeu que sim, esta fala seria colocada em ata e disse que conforme o solicitado pelos representantes do Creas na reunião, há entendimento que o Técnico do Creas, esteve em reunião no mês de julho representando o Equipamento, e acrescentou que as dúvidas trazidas por ele foram pertinentes. Com a fala, Dra. Elaine também concordou com a relevância dos questionamentos trazidos em reunião no mês de julho. Logo após, a Sra. Letícia, Assessora da Gestão, sugeriu a participação de dois técnicos do Creas em todas as reuniões do CMAS. Neste momento, a secretária Executiva respondeu em concordância com a fala de Letícia, e sugeriu que o Creas fornecesse um contato para que fosse enviado os convites para reuniões do Conselho. A assistente social do Creas Íris, fez uma colocação da diferença da representação, como indivíduo, como comissão, e como equipe Creas, e citou que o ofício encaminhado pelo Creas enquanto equipe técnica, não deve ser considerado como tal, e sim como comissão. Em seguida, a Dra. Elaine fez a colocação que a comissão representa a equipe técnica, e questionou se o ofício do Creas foi enviado antes da reunião. Em resposta a Secretária Célia Regina respondeu que não, e informou que quando houve os questionamentos do técnico do Creas, no momento ela não tendo as respostas solicitadas, sugeriu ao mesmo que fosse encaminhado ao CMAS um ofício contendo todas dúvidas e questionamentos, e que este seria encaminhado à gestão para elaboração de esclarecimentos, e sendo assim o ofício foi encaminhado ao Conselho no mesmo dia, em horário posterior ao encerramento da reunião. Pedindo a palavra, a técnica do Creas Ana Beatriz, fez a colocação que todos os assuntos que são trazidos ao conhecimento do Conselho são



discutidos em reunião da equipe técnica, e que então devem ser representados enquanto comissão. Em seguida, com a palavra a Dra. Elaine, representando a Gestão, acrescentou que neste momento ficou claro que a participação do Creas está sendo através de comissão. E agradeceu a contribuição, e depois reforçou sobre a importância da ata ser fiel ao que está posto em reunião, e após falou que realizou um retrospecto histórico das dificuldades e dos percalços, e da iminência do estabelecimento do Serviço de Convivência adequado, e que persiste ainda a preocupação. Após, com a fala, a Técnica do Creas Jaqueline, explica que a equipe não tinha conhecimento sobre os trâmites, e reforça que são serviços essenciais para o trabalho da rede que faz muita falta, salienta que seria muito importante a aproximação com a Gestão, e com outras pessoas envolvidas na execução de parcerias, que a equipe tivesse mais informações de como os serviços são executados, e como funciona os chamamentos, e que enquanto equipe elaboram os planos de trabalho, fala que se os planos estiverem em harmonia seria interessante propor aproximação dos serviços, inclusive com a gestão. Dra. Elaine, em resposta, disse que a Gestão está de portas abertas, e sempre recebe sugestões, e que até o momento não recebeu do Creas a notícia do gargalo para encaminhar para o Serviço de Convivência, e pede que os técnicos tomem a iniciativa de fazer a interlocução, por ser uma via de mão dupla, e acrescentou que o dia a dia é sobrecarregado para todos, inclusive para a Gestão, apontou que podem centralizar as necessidades, as dúvidas, as indagações na gestora, e compartilhando vão sendo as interlocuções, e expressou que os questionamentos que foram trazidos ao CMAS, não chegaram originariamente até a Gestão, e que será mais eficiente criar um fluxo de mão dupla. Prosseguindo a assistente social Iris pediu a palavra, e falou que a técnica Jaqueline sente por atender em medidas socioeducativas, e que entende que ela é quem mais sente falta dos Serviços de Fortalecimento de vínculos. Com a palavra novamente, a Gestão sugeriu que fosse criada uma vazão para os serviços, acrescentou que ela está sempre em contato com as assessoras da Proteção Especial, Letícia e Daniela, e falou sobre a necessidade de quantificar de maneira formal, para dar subsídio para a Gestão para aperfeiçoamento, e que para a Gestão a referência e a contrarreferência funciona, sendo esta percepção. Falou da necessidade de obter informações sobre as contra referências que estão sendo feitas e que não estão funcionando. Em seguida solicitou que seja informada a alta demanda do PAEFI que não está sendo absorvida pela básica. Pedindo a Palavra, a assistente social Tauana, trouxe uma questão sobre os encaminhamentos feitos para a Proteção Básica, e que a Brinquedoteca atende somente até os doze anos, e que alguns casos serão absorvidos pela Cacau Show, mas não serão todos os casos, e que para os atendidos acima de doze anos não existe um fluxo. Em resposta, a gestão, na pessoa da Dra. Elaine, responde que foi falado anteriormente sobre as dificuldades com as empresas, que a empresa que se apresentou e que foram feitos chamamentos públicos que deram desertos, e que estão ainda em fase de chamamento público, e não houve inércia por parte da Gestão, evidenciou que estão trabalhando para constituir um trabalho de qualidade, e que agora sabendo da demanda reprimida, pediu para que os técnicos encaminhem a estatística da demanda represada, para que possa articular neste momento de atuação. sobre a importância de reservar vagas para os casos de prioridade. Assistente social Iris pediu a palavra e propôs a criação do CCA - Centro da Criança e Adolescente, que teria como papel ficar com as crianças em período



contrário ao das aulas, e as instituições presentes informaram que já fazem este trabalho, sendo assim as necessidades atendidas pela rede indireta. Em continuidade, A gestão explicou o que é o PPA- Plano Plurianual, no primeiro ano de gestão, após as eleições tem que ser elaborado o Plano Plurianual para execução do segundo, terceiro, quarto ano da gestão, e mais o primeiro ano da gestão seguinte, é um mecanismo legal para que seja um programa de política pública, e não da gestão que foi eleita, então, pode-se pensar na possibilidade orçamentária, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Secretaria da Fazenda, e são levadas as propostas, e disse que tem como prerrogativa principal o fortalecimento da Proteção Básica com a expansão dos CRAS, no intuito ampliar os serviços, e também o CCA, é uma questão que também está no radar mas depende do orçamento, por ser um equipamento como qualquer outro exige estrutura para funcionamento. Afirmou ainda sobre a dificuldade de expansão das equipes das unidades. Em seguida solicitou que a assistente social Iris, municiar a gestão com projeto técnico, para colocar o escopo técnico para apresentar para a Secretaria de Planejamento. A técnica Jaqueline com a palavra afirmou que quanto a questão de medidas socioeducativas, não é a alta demanda, e que isso nunca foi sua queixa, a dificuldade real é a falta de estrutura para acompanhar e encaminhar os atendidos, e quando se trata alta demanda dos adolescentes do PAEFI, também há falta dos serviços. Não havendo mais pautas, ou assuntos a serem discutidos, a Secretária Executiva Célia Regina, fez o encerramento fazendo os agradecimentos a todos pela presença. Participaram desta reunião de forma presencial, Dra. Elaine Rodrigues Bueno de Freitas - representando a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Ana Beatriz, Heron Felix, Tauana Reis, Iris Lemes, Jaqueline Dias, Daniela Gomes - CREAS, Janete Francisca de Souza Suprimentos, Letícia Ferreira Vidal, Maria Luiza Sousa Torres - SDS, Jhonata Cabral da Silva- Associação Paula Elizabete, Edlene Creuslene dos Santos - Recanto da Cruz Grande, Talita Machado - Instituto Cacau Show, Thatiana Delminda - Secretaria da Fazenda e Patrimônio, Sandra Mara Robles - Secretaria da Educação, e eu Célia Regina Segala, redigiu a presente Ata.

Celia Regina Segala

Secretária Executiva do CMAS



Ata - CMAS nº 014/2024

Reunião Extraordinária - Assembléia de Eleição Mandato 2024/2026

Aos vinte e oito dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Comissão Eleitoral, a Presidente do CMAS, Sra. Ana Cristina Pires Coelho e os representantes das Organizações habilitadas, de forma presencial nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, situada na Rua Escolástica Chaluppe, 154 Centro - Itapevi-SP., 2º andar sala 3, para realização do pleito para escolha dos representantes da Sociedade Civil, dos Usuários ou Organizações de Usuários e dos Trabalhadores do SUAS, que irão compor o Conselho Municipal de Assistência Social para a gestão 2024/2026, conforme previsto na resolução CMAS 007/2024 e seus anexos. Dando início à reunião, a senhora Ana Cristina Pires Coelho, presidente desse Conselho, agradece o comprometimento de todos os presentes, em seguida, passa a condução do processo à Comissão Eleitoral, composta por 3 (três) conselheiros escolhidos em plenária, sendo o Conselheiro Luiz Carlos, e as conselheiras, Regina Celia Rosa, e Talita Machado. Iniciando o pleito eleitoral, decidiram entre si a composição da mesa, Regina Célia Rosa - Presidente da mesa, Luiz Carlos D. Aguiar - Secretário, Talita Machado - Mesária. A Presidente da mesa, Sra. Regina Célia, fez a abertura da Assembleia Eleitoral, e em seguida, a Mesária Talita Machado realizou a leitura da Resolução nº08/2024 que torna pública a lista das OSCs habilitadas. Em seguida, a Sra. Regina Célia passou a palavra ao Secretário da mesa, Sr. Luiz Carlos, que complementa os agradecimentos a todos e informa que foram recebidos 8 (oito) requerimentos de habilitação, e todas foram habilitadas. Em seguida, fez a leitura da listagem das OSCs, sendo elas: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação Paula Elizabete, Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi, Instituto Cacau Show, Instituto Cecília Meireles, Instituto Monte Serrat, Ong Ser Amor, e Recanto da Cruz Grande. Informou aos presentes, para que ficasse registrado em Ata, que foi publicado o Edital do Processo Eleitoral, para que as Instituições pudessem assim fazer sua requisição para habilitação no Processo Eleitoral, esclareceu que todas as OSCs participantes tiveram a documentação verificada pela Comissão Eleitoral, e após verificação e aprovação, foram habilitadas. Dando continuidade, conferiu a presença dos participantes, orientou o local da urna, e organização da votação. Cada instituição recebeu uma cédula, após voltarem, colocaram a cédula na urna, e assim consecutivamente até a última instituição. Após a votação de todas as OSCs, a Presidente da Mesa, Sra. Regina Célia, abriu a urna e deu início a contagem dos votos na presença de todos, e a Mesária Talita Machado colocou os votos das respectivas OSCs em quadro branco. Foram eleitas na seguinte ordem: 5 (cinco) votos - Instituto Cacau Show, 5 (cinco) votos - Recanto da Cruz Grande, 4 (quatro) votos - Associação Paula Elizabete, 3 (três) votos - APAE Associação de Pais e a Amigos dos Excepcionais, 3 (três) votos - Kolping Cristo Rei, 2 (dois) votos - SOS Monte Serrat. 1 (um) voto - 1º (primeira) Suplente Instituição Cecília Meireles, 1 (um) voto - 2º (segunda) Suplente Ong Ser Amor. Dando por encerrado o pleito eleitoral, a Presidente da mesa, Sra. Regina Celia Rosa, agradeceu a presença de todos e passou a Palavra para a Presidente do CMAS Sra. Ana Cristina Pires Coelho que fez o encerramento agradecendo a todos os presentes. Participaram desta reunião de forma presencial, Ivonete Aparecida Silva Osório, Ana Cristina Pires Coelho - APAE, Maria Celeste dos



Santos - Cecília Meireles, Camila Silva de Oliveira - Associação Paula Elizabete, Luiz Carlo Delgado de Aguiar - Kolping Cristo Rei, Diane Lopes da Silva, Talita Machado - Instituto Cacau Show, Edlene dos Santos - Recanto da Cruz Grande, Gabrielle Brito - Ong Ser Amor, Renato D. de Oliveira Teixeira - Instituto SOS Monte Serrat, Regina Célia Rosa - SDS, Tathyane Delminda - Secretaria da Fazenda e Patrimônio, Eu Célia Regina Segala, redigi a presente Ata.

Celia Regina Segala

Secretária Executiva do CMAS